

BIOPOLÍTICA NA CATÁSTROFE DO CONTESTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA REPENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Geraldo Antonio da Rosa

Amarildo Luiz Trevisan

Resumo: O artigo trata o tema da Guerra do Contestado (1912 - 1916) a partir de matrizes teóricas ligadas ao campo da Filosofia da Educação, relacionando a compreensão desse trágico fenômeno à “Era das catástrofes”, segundo Hobsbawm. A seguir, baseia-se na análise de pensadores que tematizaram os acontecimentos desse período da história do séc. XX, como Giorgio Agamben, em especial a série Homo Sacer, em cujas obras estão articuladas, ou se insinuam os conceitos elencados no artigo. Serão consultados, também, textos de outros autores, como Benjamin, Arendt e Foucault, fontes do próprio Agamben. Nesse sentido, conceitos como biopolítica, exceção e profanação são utilizados como suporte para descortinar algumas possibilidades de entendimento e de intervenção social na região do Contestado. O desafio é elaborar a narrativa da guerra no contexto da biopolítica, no intuito de contribuir na formação de professores.

Palavras-chave: Contestado; Filosofia da Educação; biopolítica.

Introdução

Debater categorias ligadas à biopolítica a partir de uma das maiores catástrofes humanas do Brasil, conhecida como movimento social, movimento fanático, guerra cabocla, guerra santa ou, simplesmente, Guerra do Contestado, se coloca como um desafio teórico de grande envergadura. Isso porque este episódio de certa maneira já foi abordado por pesquisadores da academia, por trabalhos de folcloristas, por investigadores sob a ótica do Estado, da Igreja e do Exército brasileiro que nos passaram a visão da perspectiva da história dominante. Houve pesquisas de um ponto de vista que contempla uma análise historiográfica sob a ótica dos vencidos, porém não fugiu a regra de tratar o tema como uma violência desencadeada por fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e/ou religiosos basicamente. Muitos foram os pesquisadores que deixaram seus trabalhos a respeito deste evento, dentre os quais: Maria Izabel Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz, Paulo Pinheiro Machado, Nilson Thomé, Euclides Felipe, Herculano de Assumpção e Milton Cleber Amador.

Amador salienta que esta foi uma luta camponesa pela posse da terra e que gerou um dos maiores conflitos sociais da história do país. E, ainda, segundo ele: “Foi um fenômeno de ordem econômica e política que provocou profundas mudanças sociais na região oeste

catarinense e, principalmente para a população cabocla” (AMADOR, 2009, p.499). Essa ótica representa de certa maneira um dos modos dominantes do pensamento sobre a guerra, que relaciona o evento à ótica dos vencidos. Porém, há um elemento interessante a ser levado em consideração na sua abordagem, na medida em que percebe o fenômeno como uma catástrofe: “Como toda catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil, a partir do início do século XX” (2009, p. 506).

Entretanto, faz-se necessário refletir se estas questões, recortadas a partir do contexto em conexão com as discussões da biopolítica – a política da vida - podem servir de argamassa para a construção de novos aportes a respeito do Contestado, a qual se pode avançar na sua leitura como “catástrofe biopolítica”, contribuindo mais efetivamente para compreender a situação de vitimização a que foi submetida essas populações. Segundo a definição de Oliveira, “a biopolítica”

designa o controle e o disciplinamento como aplicação direta dos saberes e poderes sobre a vida - guarda uma relação tanto com a guerra como com a política cuja contraface consiste em um outro paradoxo, o da exceção ou soberania (2006, p. 143).

Diante das diferentes abordagens a respeito da temática do Contestado, compete cogitar a sua abrangência em termos educacionais e no processo de formação de professores, com lentes voltadas para a construção e reconstrução de processos identitários. E se esses discursos, vinculados sobremaneira à narrativa do trauma da guerra, afeitos, ainda, a uma visão descritiva ou narrativa dos fatos, não poderiam ser articulados à discussão que interpreta o vivido a partir do concebido e do percebido no contexto da política da vida.

Com o intento de colocar em cena o Contestado a partir de novas matrizes teóricas advindas do pensamento de Giorgio Agamben, em especial a série *Homo Sacer*, obra na qual estão articulados, ou se insinuam os conceitos elencados no texto, mas também serão consultados outros autores, como Benjamin, Arendt e Foucault, fontes do próprio Agamben, têm-se como horizonte deste trabalho os questionamentos: Como articular as discussões a respeito do Contestado a partir de referenciais teóricos que dão sustentação a essa discussão no campo filosófico da Educação? Além disso, preocupa saber em que medida a sua análise pode contribuir para os processos educacionais, com o intuito de transcender a racionalidade presente na formação de professores?

Para isso, num primeiro momento, o texto procura contextualizar esse movimento segundo referenciais de análise que salientam processos traumáticos e identitários de

vitimização. A seguir, propõe repensar o fenômeno de acordo com novos horizontes abertos pelas categorias emergentes do campo biopolítico. E, por último, busca evidenciar a relação com a educação, de acordo com subsídios oriundos da reflexão sobre a formação de professores. Com isso, acredita-se na possibilidade de estabelecer vínculos entre o pensamento pedagógico e histórico, problematizando questões relacionadas também ao reconhecimento da perspectiva filosófica da educação brasileira.

1 O Contestado como catástrofe biopolítica

Como abertura de espaço a uma questão a ser respondida, Bueno vê no conceito de biopolítica, de Foucault e Agamben, uma atualização da problemática levantada por Adorno, ainda sob o impacto trágico da experiência real dos campos de concentração, cuja figura emblemática é Auschwitz. Em suas palavras:

Somente uma educação que saiba acertar as contas com suas implicações biopolíticas poderá fazer frente a seu papel de reprodução da vida nua. E, para essa tarefa, a expressão “campo educacional”, tantas vezes mobilizada pelos educadores, terá que ser compreendida em seu sentido menos retórico e mais literal (BUENO, 2010, p. 247).

Frente ao contexto de guerras, atrocidades e catástrofes, esse acerto passa, nesse caso, por elementos relacionados à violência biopolítica. Nesse sentido é importante destacar a aproximação que Agamben faz entre o conceito de biopolítica, emergente da obra de Foucault, e os estudos sobre o totalitarismo realizados por Hanna Arendt, o que o levará a investigar a experiência dos campos de concentração e o regime dos estados totalitários do século XX. No entanto, cabe destacar que Agamben não se limita a ser um mero comentador ou continuador da obra foucaultiana, mas procura, em seu desenvolvimento teórico, cobrir certos espaços de investigação não tocados pelo filósofo francês. Nesse contexto, a biopolítica ganha, então, novos contornos ao lado de conceitos como estado de exceção e vida nua.

Por isso, discutir a respeito da biopolítica remete a sua origem em Michel Foucault, especialmente em seu livro “História da sexualidade” (1988), no capítulo V, Direito de morte e poder sobre a vida. Nesse texto, Foucault propõe reflexões a respeito da gênese desta categoria. O sueco Rudolf Kjellén havia introduzido o conceito de “biopolítica” no início do século XX, a quem se deve também a criação da expressão “geopolítica”, elaborada a seguir por Friedrich Ratzel e por Karl Haushofer. Alguns anos mais tarde, sem fazer menção aos trabalhos pioneiros desses autores, Michel Foucault se utilizou do termo biopoder ou

biopolítica para redimensionar os fundamentos da política moderna, através da noção do governo biológico da vida das populações (ESPOSITO, 2011, p. 27).

A biopolítica nasce como teoria no contexto de análise das catástrofes e da barbárie provocadas pelas guerras. Nessa situação, Foucault aduz: “Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (1996, p. 129). Ele vai aduzir que nunca se matou tanta gente quanto depois que passou a imperar a política da vida, em que o poder soberano dispôs do poder sobre a vida, e não apenas de morte dos súditos.

Nesse contexto, ganha sentido a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 a 1916, e que faz parte, em termos de cronologia, ao período que Hobsbawm denominou o breve século XX, especialmente o da “Era da catástrofe”.¹ Bem como, capturar ou repensar esse acontecimento, na sua significação, a partir de algumas categorias filosóficas emergentes dos estudos sobre biopolítica emergentes de tal período da história humana. Explicando melhor, busca-se repensar este acontecimento nesse primeiro momento a partir da contribuição de pensadores que se debruçaram sobre o estudo dos fenômenos que provocaram a “Era das catástrofes”, ou seja, sobre os regimes totalitários que deram origem aos campos de concentração da Segunda Guerra.

São muitos trabalhos de grandes pensadores na atualidade que se voltam cada vez mais à discussão da problemática sobre as catástrofes nas ciências sociais. Em sua obra “A constelação pós-colonial”, mais especificamente no artigo “Aprender com as catástrofes? Um diagnóstico retrospectivo do breve século XX”, Habermas apresenta reflexões importantes no sentido do aprendizado com as catástrofes, por meio de um diagnóstico reflexivo concernente a tais eventos vivenciados pela humanidade no século XX. O autor destaca três momentos importantes que o caracterizam: a) o desenvolvimento demográfico; b) a mudança estrutural do trabalho e c) o *curriculum* do progresso científico-tecnológico (2001, p. 53).

Neste cenário, estabelece uma cronologia que vai da Revolução Francesa (1789) até a primeira guerra mundial num primeiro momento, e num segundo, retomando a periodização de Hobsbawm, o que chama de “breve século XX”, que vai de 1914 até 1989. A primeira e a segunda guerras mundiais, guerra fria, uso da energia atômica, queda do Muro de Berlim e

¹ Periodização proposta por Hobsbawm (2003) que vai de 1914 a 1945, marcada pelas duas grandes guerras mundiais, pelo surgimento da URSS como um sistema alternativo na economia mundial ao capitalismo, sendo marcantes nessa fase também a Grande depressão de 1929 e a emergência do fascismo que tomou conta da Europa.

esfacelamento da União Soviética são as marcas desse século. O autor prossegue enfatizando que esta Era apresenta traços terríveis, como a invenção da câmara de gás, o genocídio de populações inteiras, o campo de extermínio, a lavagem cerebral. Desta forma, também o sistema de segurança de populações inteiras foi utilizado de forma eficiente em favor dos regimes totalitários no sentido da vigilância enquanto panóptico.

Ainda de acordo com Habermas (2001, p.60), em função de todas estas patologias: “Esse século ‘produziu’ mais vítimas, mais soldados mortos, mais cidadãos assassinados, civis mortos e minorias expulsas, mais torturados, violentados, famintos e mortos de frio, mais prisioneiros políticos e fugitivos do que se pôde imaginar até então”. Este balanço a respeito do século XX serve também para o início do século XXI e é um julgamento da desumanização do homem contra o próprio homem. Habermas prossegue elencando os autores que contribuíram para pensar os fenômenos de violência e barbárie que determinam de certo modo a assinatura desta era. “Desde Horkheimer e Adorno até Baudrillard, de Heidegger até Foucault e Derrida, os traços totalitário da era ficaram gravados na estrutura dos diagnósticos do período” (2001, p.60). De posse dessa análise, ele questiona sobre o que poderíamos ter aprendido com as catástrofes e passa a defender a tese de que todas essas experiências serviram de alguma maneira para frear o avanço da destruição da humanidade, por conta da criação de uma consciência coletiva mais humanitária e ecológica.

O Contestado pode ser exemplificado como uma catástrofe humana de grande abrangência, uma vez que está inserido cronologicamente no breve século XX, conforme a classificação proposta por Hobsbawm, que vai de 1914 a 1945. Nesse contexto, milhares de vítimas foram dizimadas entre os anos de 1912 a 1916, dentro de uma grande área de abrangência de aproximadamente 50 mil quilômetros quadrados, envolvendo os estados de Santa Catarina e Paraná. Amador (2009) enfatiza que os sertanejos foram dizimados pelas forças repressivas e que os números de mortes são contraditórios. Porém, estima-se que tenham sido exterminadas em torno de 20 mil pessoas, num período em que o universo populacional da região era de 50 mil.

Historicamente, no final do século XIX e início do século XX, dentro do contexto de um capitalismo imperialista, o Estado brasileiro abriu a concessão para a construção de uma estrada de ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, a uma empresa multinacional denominada *Brazil Raylway Company*. No mesmo contrato para construção desta monumental obra previa-se a exploração de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia. Este

espaço pertencia de fato e não de direito aos sertanejos, onde se encontrava a riqueza das florestas de araucária.

Torna-se uma tarefa muito complexa tentar estabelecer uma análise antropológica a respeito do homem do Contestado. Porém originalmente a região foi ocupada pelos indígenas Xoklengs e Kaigangs, que foram praticamente dizimados durante o processo de colonização. Posteriormente, com a ocupação da América, a região passou a ter forte influência de fluxos migratórios de portugueses, espanhóis e de africanos. Nos séculos XIX e XX, recebeu outros contingentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos, dentre outros, num processo de recolonização. Amador (2009, p.501) observa que: “Com o tempo, [os caboclos] foram expulsos dos redutos dos coronéis, que em conluio com as forças econômicas e governamentais apropriaram-se das terras”. E isso ocorreu com a conivência dos fazendeiros, no contexto de uma política coronelista, pois os sertanejos eram vistos pelos fazendeiros como empecilho para a ampliação de suas posses e considerados como serviçais que deveriam ser utilizados no cotidiano das fazendas. Além disso, a empresa tinha autorização para explorar e exportar a madeira, que era uma das principais riquezas da região, e fazer a venda de terra a colonos imigrantes interessados no processo de povoamento da área. “A mesma empresa encarregou-se de constituir uma empresa subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que viria estabelecer o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina” (AMADOR, 2009, p. 501). Também contribuiu para desencadear esse acontecimento a própria situação do sertanejo, que vivia seu cotidiano numa economia de subsistência e a ausência da religião oficial junto à população, já que a mesma estava de certa forma ligada à governabilidade e voltada aos interesses dos poderes hegemônicos. Diante desta lacuna, abriu-se espaço para ação mística dos monges do Contestado, que reacendeu o substrato religioso do mundo serrano. Outra causa foi, além da forma de ocupação da terra decorrente do processo de colonização da área e da ação da multinacional, a própria Lei das terras, que passou a vigorar no Brasil pouco antes daquele período: “Como consequência ocorreu à expulsão das terras de milhares de caboclos que não possuíam, conforme Lei 601 de 18 de setembro de 1851, o título de propriedade” (AMADOR, 2009, p.501).

Essa história foi construída e, de certa forma, os processos identitários de vitimização ainda se mantêm a base da violência econômica, militar, cultural, religiosa e simbólica. Mesmo com enorme ônus causado por um evento dessa natureza, após cem anos de ocorrência deste acontecimento, ainda não é trazido à luz do cotidiano na atualidade questões

de maior ênfase provocadas por essa violência.² A Serra Catarinense possui um riquíssimo potencial em termos de recursos humanos e naturais, mas não por acaso a região se constituiu como uma das mais pobres economicamente do estado de Santa Catarina de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³, o que influencia fortemente para a depressão econômica e cultural de praticamente toda a região centro-sul do Brasil. Esta situação é fruto do chamado “progresso”, ou seja, é consequência de opções políticas que estabeleceram prioridades que privilegiaram uma determinada racionalidade sistêmica em prol de valores humanos. Mas existem poucas abordagens que tematizaram as consequências dessa guerra enquanto catástrofe biopolítica sentida até hoje. Os sertanejos que lutaram na Guerra do Contestado são conhecidos ainda como “fanáticos”, “jagunços” ou “caboclos”⁴, por exemplo. E ainda não se questionou suficientemente sobre o preço pago em nome do chamado “progresso”, o que há é uma grande dívida histórica com este povo, uma vez que o mesmo não teve acesso pleno a benefícios com a exploração capitalista da região. Pelo contrário, foram primeiramente desalojados de suas terras sem contrapartida alguma e, depois, perseguidos e quase exterminados. Oliveira (2006, p. 141-142) comenta que os próprios fazendeiros contrataram vaqueanos, espécie de milícia paramilitar, para perseguir e matar os sobreviventes da guerra, sendo que um dos episódios de fuzilamento chegou a contabilizar 81 mortos e outro 167. Sendo assim, a situação socioeconômica e cultural do Planalto Catarinense é resultado da ação humana, legada à posteridade como herança. Nesta linha de pensamento, Reies Mate adverte: “Todos heredamos el pasado, sólo que unos heredan las fortunas y otros, los infortunios (2008, p. 31).

Discutir a Guerra do Contestado enquanto biopolítica é uma tarefa desafiante, já que não houve uma valorização consequente do acontecimento, porque o sofrimento e as barbáries

² Frente à magnitude da influência desse evento na história da região e do país, ainda são poucas as marcas e os vestígios do acontecimento na cultura serrana, o que revela o trauma ainda presente e não suficientemente elaborado ou transformado em valor cultural. São eles: os monumentos do Projeto Cultural do estado de Santa Catarina, ou seja, 22 monumentos com placas alusivas ao Contestado que foram afixadas nos locais estratégicos onde aconteceu a Guerra, sendo um deles na Praça da República, em frente a Igreja Matriz de Curitiba; os Museus de Curitiba, Caçador, Taquaruçú e do Irani; e o cemitério de Irani e Água Santa, em Curitiba. São espaços importantes para educação e a formação de professores, mas que não recebem a valorização e preservação devida.

³ Apesar de Santa Catarina ser o 2º colocado no Brasil em termos de qualidade de vida (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), só ficando atrás do Distrito Federal, o estado apresenta variados contrastes em relação ao índice de desenvolvimento humano de seus municípios. “Tal situação faz com que coexistam baixos e elevados índices de desenvolvimento. Diante do panorama catarinense, a maior depressão dos indicadores de desenvolvimento humano está mais fortemente concentrada na Coordenadoria Regional Serra Catarinense” (SEBRAE-SC, 2010, p. 20).

⁴ A expressão “caboclo” procura designar os habitantes da região, uma vez que ela se refere à miscigenação entre índios e brancos, quando na verdade já havia africanos habitando a Serra Catarinense naquele período.

não foram suficientemente elaborados e transformados em um valor cultural.⁵ Para Oliveira, esse fenômeno da vida sem garantias e exposta à morte ocorreu no Contestado da seguinte maneira: “Os sobreviventes da Guerra do Contestado, como *homini sacer*, são pessoas lançadas “fora da jurisdição humana” são vidas jogadas no vazio cavado pelo estado de exceção, que é exatamente um espaço de ligação entre a Guerra e a política.” (2006, p. 142). O sertanejo do Contestado perdeu seu direito a terra no início do período republicano, em que estava vigente a constituição de 1891. Frente à ausência de um efetivo Estado de Direito e diante de uma espécie de *estado de exceção* não restava outra alternativa aos sertanejos senão resistirem à opressão a que estavam submetidos.

Portanto, há um fosso ou uma zona cinzenta em relação às raízes do movimento social do Contestado, e da sua articulação nos processos educacionais da região e na formação de professores, que pode ser desvelado pelo conceito de biopolítica. Guardadas as devidas proporções, tal condição, expressa por Agamben, poderia praticamente ser transportada para entender a situação das vítimas do Contestado:

Na medida em que os seus habitantes foram despojados de todo estatuto político e reduzidos integralmente à vida nua, o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão (AGAMBEN, 2002, p. 178).

A partir deste conceito fica evidente que os relatos encontram eco na história da região, pois como uma das características do estado de exceção é que os indivíduos podem ser matáveis, isso explicaria em certo sentido a “ausência” do Estado, por meio da inação e desoneração em relação às políticas públicas, e da própria hierarquia católica, uma vez que estes poderes eram hegemônicos neste período.

Nesse sentido, a partir da experiência da batalha podem-se buscar outras lentes para pensar uma proposta de modernidade que inclua e mude esta situação, a qual, de certa forma, pode ser considerada até hoje catastrófica, insistindo que os avanços econômicos não sejam pagos com sangue, fome e falta de dignidade humana. Por isso, falar a respeito da região do Contestado na contemporaneidade significa mergulhar no passado em busca de aportes a respeito de uma região e de um povo que carrega o fardo na memória da política do “coronelismo”, a qual influi nas instituições, nas leis, nas formas de administração e nos

⁵ A tese de transformação da dor traumática da guerra em valor cultural foi proposta por Imre Kértez a partir da análise de sua experiência do holocausto (GÓMEZ RAMOS, 2005, p. 105-118).

discursos em geral, bem como nos processos educacionais, não somente da Serra Catarinense, mas de toda a região centro-sul do Brasil. Essa política se encontra igualmente presente na maneira como as questões relativas à formação de professores foram incorporadas no próprio cotidiano das escolas e universidades, especialmente na forma como ela é contada nos livros didáticos ou mesmo omitida a sua discussão. Compete, portanto, ser questionado de que forma se planejam e se executam os processos educacionais e a formação de professores e dentro de qual lógica e terminologia acontecem.

2 O Contestado – da exceção à profanação

Agamben vai repensar a filosofia política depois da experiência da Segunda Grande Guerra, retomando então a tese de Walter Benjamin de que o estado de exceção havia se tornado regra em regimes totalitários e de que, dos campos, não há retorno em direção à política clássica. Recupera assim a tese VIII de Benjamin sobre a filosofia da história, que instiga à construção de um conceito de história que leve em conta essa verdade, a de que a exceção havia se tornado parte da rotina política nos regimes do século XX. É a pergunta por aquilo que vem, ou seja, a separação clássica entre a vida humana (*bios*) e animal (*zoé*), sendo evidente em Aristóteles, por exemplo, é rompida na modernidade com a animalização do homem, isto é, com a transformação do humano em simples medida de sobrevivência e, portanto, com a animalização da política.

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. [...] O ingresso da *zoé* da *polís*, a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico (AGAMBEN, 2002, p. 9).

A vida animal (*zoé*) não entrava na categoria do cidadão no mundo grego, enquanto a *bíos* (a vida digna) dos homens da *polis* era puro movimento político. Porém na modernidade a política visa apenas à sobrevivência dos corpos. O exemplo por excelência dessa prática são os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, em que os prisioneiros foram tratados como animais ou cobaias. Logo, a participação da ação humana na práxis política, muito cara para Hannah Arendt, é retirada do horizonte moderno e substituída por medidas que visam apenas à manutenção da vida nua. Nesse contexto, o amor, por exemplo, é

encarado apenas como sexo, ou seja, como simples reprodução da vida, e todas as técnicas políticas no campo profilático, sanitário ou da saúde têm em mira apenas a preocupação de garantir a reprodução da vida nua. A biopolítica é, portanto, a prática política que aposta na dimensão corpórea da subjetividade e na conservação da vida, o que explica o preconceito da raça pura do nazismo e as medidas de imunização e medicamentação no campo da saúde, através da introdução das técnicas estatísticas de controle dos corpos.

A partir da explicitação da violência biopolítica, Agamben passa a justificar o seu argumento lançando mão do exemplo da metáfora do *homo sacer*. Assim, de acordo com ele: “Sin embargo, em la expresión *homo sacer*, el adjetivo parece designar a um individuo que, habiendo sido excluido de la comunidade pode ser assassinado impunemente, pero no pode ser sacrificado aos deuses”. (2005, p. 102) A figura do *homo sacer* é utilizado por Agamben para ilustrar a situação do humano na modernidade, transformado em indivíduo “insacrificável”, uma vez que é protegido pela carta dos Direitos Humanos. Porém, ao mesmo tempo esse indivíduo é matável, pois a política moderna precisa fazer a exclusão de populações inteiras para se manter incluída.

Agamben comenta a partir do pensamento de Walter Benjamin, que a tese do capitalismo como religião assume a concepção de que o mesmo se desenvolveu, de modo parasitário, a partir do cristianismo. Com base neste pressuposto, aponta as seguintes características que assume esse processo: uma religião que apresenta uma faceta cultural; o culto acontece de forma permanente, não havendo distinção entre dias comuns e dias festivos; o culto capitalista não se ritualiza numa perspectiva de expiação da culpa, senão da culpa mesma. Sendo assim, na sociedade do espetáculo e da cultura do marketing, onde os desejos criados pelo capitalismo se transformam em necessidade, vencer significa encontrar-se nas trilhas do que dita o sistema. Citando Walter Benjamin, Agamben conclui que, no caso de o indivíduo não se adequar à proposta capitalista, ele passa a ser culpabilizado pelo seu fracasso, ou seja:

Uma monstruosa consciência culpable que no conece redención se transforma en culto, no para expiar en él su culpa, sino para volverla universal [...] y para capturar al fin a Dios mismo em la culpa [...]. Dios no está muerto, sino que há sido incorporado al destino del hombre (AGAMBEN, 2005, p.105).

É nesse contexto que a partir do direito romano Agamben tece elogios à profanação. Primeiramente esclarece que as coisas pertencentes aos deuses eram consideradas sagradas e, como tais, eram subtraídas do comércio dos homens “no podiam ser vendidas ni dadas em

prendas, cedidas en usufructo o gravadas por obligación alguna” (AGAMBEN, 2005, p.95). E isso significa que tudo o que era considerado sagrado obviamente saía do controle da esfera humana. A religião, em diversas culturas, separa de forma minuciosa por meio de rituais o sagrado do profano; no caso do rito, separa a esfera humana da esfera sagrada, podendo, como no caso de animais, algumas de suas partes (as vísceras), serem destinadas aos deuses e as demais, quando tocadas, seriam profanadas, ou seja, estariam à disposição para o consumo pelos homens. Com relação à religião, Agamben (2005, p.97) comenta ainda que a mesma não possui o sentido insípido do *religare* mas sim de *relegere*: “*Religio* no és lo que une a hombres y dioses, sino o que vigilia para mantenerlos separados” por intermédio da atitude escrupulosa e atenta de vigília. Por outro lado, “(...) profanar, significaba, por el contrario restituir ao libre uso de los hombres (Idem)”. Portanto, o ato de profanar significava que, ficando livres do seu uso e dos nomes sagrados, as coisas estavam sendo restituídas ao livre modo humano de se relacionar com elas.

De modo semelhante, o sagrado e o profano se fazem presente no movimento social do Contestado. A história oficial, sendo versão hegemônica, mantém-se como sacralização deste evento. O mesmo não pode ser mexido, já que não há nada a acrescentar à versão tradicional. Mas esta concepção de certa maneira é controversa, pois existe de um lado, por parte da oficialidade, uma sacralização da história que deve ser contada e, por outro, uma profanação na versão dos vencidos. Porém essa contraposição ainda é pobre em termos de biopolítica, posto que o problema vá mais além do que uma simples contraposição entre uma história que escraviza ou liberta. Antes disso, existem dispositivos que capturam a dignidade da vida, tornando-a sacralizada ou profanada de forma estratégica ou por conta dos interesses do poder, os quais precisam ser mais bem explicitados.

Considerações finais

O trabalho objetiva avançar a discussão concernente à Guerra do Contestado segundo categorias emergentes da reflexão sobre a biopolítica. Sendo assim, não procura focar o fenômeno apenas baseado em questões históricas, políticas, econômicas, religiosas e/ou culturais simplesmente, mas como *política da vida*. Ambiciona assim proporcionar elementos que possam revigorar projetos voltados à melhoria dos processos educacionais da região, a partir do questionamento à racionalidade da compreensão vigente. Mas como a formação de professores pode ser articulada como *lócus* de possibilidade de elaboração do trauma e de sua

transformação em um bem cultural? Como a educação irá profanar essa ordem frente à sacralidade da instituição capitalística que se estabeleceu em torno da história do Contestado?

Nóvoa (1994) adverte que a escola historicamente foi concebida dentro da racionalidade do progresso. Segundo o autor, a escola cresceu nesta crença e os professores acreditaram que lhes estavam reservados a missão de *arautos* do progresso, contra tudo e contra todos, se preciso fosse. Portanto, faz-se necessário questionar uma visão de escola e de formação de professores reprodutora da visão de progresso e que se assume como espelho da sociedade. “A saída desta crise obriga a repensar, em termos radicais, as relações entre a escola e a sociedade. É preciso abandonar sonhos antigos de uma escola que seria capaz, por si só, de transformar a sociedade” (NÓVOA, 1994, p. 5). Dentro deste contexto, a educação e o processo de formação de professores desempenham, não uma perspectiva de redenção da humanidade, e sim papéis preponderantes ao questionar a que racionalidade está servindo o seu trabalho e como é possível oferecer aportes que possam questionar esse processo construído historicamente.

Uma relação que se pode tecer aqui é com a própria noção de progresso, dado que muitas vezes se busca o novo na formação dos professores, novas fórmulas mágicas de ensinar, por exemplo, como se o novo fosse sinônimo de moderno e de futuro e, o antigo, de velho e ultrapassado. Percebe-se que é possível lançar uma nova luz sobre a discussão do tema e sua repercussão no campo da educação, uma vez que essa literatura é pautada por vezes pela polarização entre sertão e cidade, entre barbárie e civilização. Segundo o pensamento em voga na época, entendia-se que a cultura civilizada progredia enquanto a sertaneja se caracterizava como repetição da subsistência.

E isso traz indagações e reflexões para o campo da formação de professores como dispositivo de profanação, de testemunho e de elaboração crítica do passado. Nesse sentido, torna-se inadiável uma política de intervenção na sacralidade que o termo ‘cidadania’, posto nas leis, na normatização, nas diretrizes e nos discursos sobre e na educação, já que o mesmo não foi suficientemente pensado sob o prisma da assinatura biopolítica.

A Guerra do Contestado pode então servir como base para se repensar outro entendimento da racionalidade, em termos dos processos da educação e formação de professores, no sentido de valorização da biopolítica como forma de auxiliar a elaboração do passado. E de uma formação de professores pautada na sua autocompreensão como dispositivo de profanação voltada ao reconhecimento, superando a lógica de construção colonialista do outro como inimigo.

Para se buscar outro entendimento dessa complexidade torna-se importante trazer à cena o movimento social do Contestado oferecendo novas luzes teóricas, uma vez que o povo da região serrana ainda aguarda o retorno do “exército encantado de São Sebastião”, ou seja; pão, letras-educação, teto. Esta lógica pode transcender a experiência de um estado de exceção que se perpetua ainda hoje. Para que a história não sirva à concepção do homem do Contestado enquanto *homo sacere* é preciso que haja profanação da oficialidade, desvelando, elaborando e transformando essa experiência em um valor cultural, inserida nos processos educacionais e na formação de professores.

Tal desvelamento pode ser inclusive subscrito desde o questionamento do porquê indivíduos que se lançaram em defesa do direito à vida digna, e que foram desalojados de suas terras sem qualquer contrapartida por parte do estado, são tratados na bibliografia oficial e, por vezes, acadêmica sobre o tema até hoje como “fanáticos”, “bando de jagunços” ou “caboclos”. A definição do conceito de vida aí foi sacralizado de forma pejorativa, necessitando, portanto, de profanação, pois são vários termos circulantes de índole preconceituosa e/ou redutores de sua dignidade. Nesse contexto, a atividade messiânica desenvolvida pelos monges é tratada como “fanatismo” ou “rusticidade”, fazendo parte das visões dominantes sobre o fato que também devem ser questionada. Como os monges não pertenciam ao império da governança eclesiástica puderam desenvolver outra mística, fato esse que os levou à aceitação pelo povo pobre.

Sob essa compreensão, o campo (meio rural, de concentração ou educacional) passa a ser o universo decisivo de reprodução da “vida nua”. Portanto, há que se trabalhar dentro de outra compreensão da racionalidade para profanar a narrativa posta dogmaticamente pela teologia política e econômica em vigência, com o intuito de elaborar essa história, não simplesmente enquanto perdão, esquecimento ou denegação (SELIGMAN-SILVA, 2008), mas fundamentalmente como forma de reconciliação do homem com o seu passado.

Referencias:

AGAMBEN, G. **Estado de excepción**. Homo Sacer II, I. Tradução: Flavia Costa e Ivana Costa. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Ed, 2007.

_____. **Estado de excepción**. Homo sacer II, 1. Tradução: Antonio Gimeno Cuspinera. Valência: Pre-Textos, 2010b.

_____. **Homo Sacer**. El poder soberano y la nuda vida. Valencia, Pre-textos, 1998.

o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó – SC: Editora Argos, 2010c.

_____. **Profanaciones.** Tradução: Edgardo Dobry. Barcelona, 2005.

_____. **Qué es un dispositivo?** Tradução: Mercedes Rivituso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2015.

AMADOR, M. C. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM.** Ano 22, nº.31. Chapecó, 2009, p. 499-507.

BUENO, S. F. Educação e Barbárie: da Dilaética do Esclarecimento ao Homo Sacer. In: **Experiência, educação e contemporaneidade.** PAGNI, Pedro G. e GELAMO, Rodrigo P. (Orgs.). São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.

DUARTE, A. M. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: trajetória do conceito de biopolítica. **Fenomenologia Hoje III - Bioética, biotecnologia, biopolítica.** Ed. Ricardo Timm de Souza; Nythamar Fernandes de Oliveira. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2008, p. 63-88. Disponível em: Available at: http://works.bepress.com/andre_duarte/17

ESPOSITO, R. **Bíos, biopolítica y filosofía.** 1ª ed., 1ª reimp. – Buenos Aires: Amorrortu, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade.** 13ª Ed. Tradução: Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GÓMEZ RAMOS, A. **El duelo del siglo.** Notas sobre um ensayo de Imre Kertész. Azafea. Revista de Filosofía. Ediciones Universidad Salamanca, V. 7, 2005, p. 105-118.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1921).** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HABERMAS, J. **A Constelação Pós-Nacional.** Ensaios Políticos. Tradução: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: LitteraMundi, 2001.

MATE, R. **La herencia del Olvido.** Madrid: errata naturae, 2008.

NÓVOA, A. **Relação escola e Sociedade:** novas respostas para um velho problema. Texto proferido na sessão de abertura do *III Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores* (Águas de São Pedro, 22 de maio de 1994). UNESP- Júlio de Mesquita. Bloco 1: Formação Geral, Módulo 1: Introdução à Educação, Disciplina 1: Educação e Sociedade.

OLIVEIRA, S. A. **Guerra do contestado:** mimesis e política da memória. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura. UFSC: Ilha de Santa Catarina, agosto 2006.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números**: Santa Catarina/Sebrae/SC.- Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 127p.

SELIGMAN-SILVA, M. **Narrar o trauma** – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, Vol. 20, N. 1, 2008, p. 65-82.

SOUZA, H. F. P. de. A perspectiva biopolítica de Agamben: alguns conceitos para se (re)pensar o direito atual. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.1, 1º quadrimestre de 2014, p. 407-430. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica.